

Sumário

Apresentação, xi

Prefácio, xiii

Nota dos autores, xv

Parte I – Aspectos Gerais, 1

1 A sexualidade humana e o direito, 3

1.1 A sociologia da sexualidade, 3

1.2 As relações de poder na sexualidade: a repressão da sexualidade, 6

1.2.1 O comportamento sexual no mundo antigo, 8

1.2.2 O controle da moral no cristianismo, 12

1.2.3 Revolução sexual do século XX: a ótica positiva da sexualidade e sua “privatização”, 16

1.3 Comportamento sexual do brasileiro, 18

1.4 A lei, o sexo e a sociedade moderna brasileira, 21

2 Direito penal sexual, 23

2.1 A sexualidade humana e seu controle social pelo Direito Penal sexual, 23

2.2 Teoria dos sistemas, sociedade do risco e funcionalismo do Direito Penal, 27

2.2.1 Teoria dos sistemas, 27

2.2.2 Sociedade do risco, 28

2.2.3 Funcionalismo, 31

2.3 Missão do Direito Penal, 32



- 2.4 Relações entre Direito Penal e moral social, 38
 - 2.5 Conceito de bem jurídico no Direito Penal sexual, 41
 - 2.5.1 Evolução histórica do conceito de bem jurídico na dogmática penal, 41
 - 2.6 Os pensadores tradicionais, 42
 - 2.6.1 Escola clássica, 42
 - 2.6.2 Positivismo jurídico, 46
 - 2.6.3 Concepção de Binding, 47
 - 2.6.4 Concepção de bem jurídico de Von Liszt, 48
 - 2.6.5 Concepção neokantiana de bem jurídico, 50
 - 2.7 Perspectiva contemporânea do bem jurídico, 51
 - 2.7.1 Enfoque sociológico, 52
 - 2.7.1.1 O ontologismo de Welzel e a concepção finalista, 52
 - 2.7.1.2 O pós-finalismo, 52
 - 2.8 A liberdade sexual como único bem jurídico penal tutelado nos crimes sexuais, 57
 - 2.9 Da dignidade sexual como bem jurídico tutelado, 66
 - 2.9.1 A opção terminológica da Lei nº 12.015/09, 66
 - 2.9.2 A identificação do bem jurídico protegido, 69
 - 2.10 O bem jurídico em situações particulares, 71
 - 2.10.1 A tutela do bem jurídico do menor, 71
 - 2.10.2 O bem jurídico no tráfico de pessoas com fim sexual, 75
 - 2.11 Formas de atentado dos crimes sexuais, 77
- 3 O consentimento da vítima no Direito Penal Sexual, 79**
- 3.1 A imputação objetiva e o comportamento da vítima, 80
 - 3.1.1 A imputação objetiva como um instituto essencial de análise dogmática, 80
 - 3.1.2 Autocolocação da vítima em risco e o consentimento, 84
 - 3.1.2.1 Conceito e alcance. Limites entre os dois institutos, 84
 - 3.1.2.2 Adequação da figura em estudo, 89
 - 3.2 O consentimento – História, 91
 - 3.2.1 Posições doutrinárias, 92
 - 3.2.2 Acordo e consentimento (teoria dualista), 93
 - 3.2.3 As distinções derivadas da diferenciação sistemática entre acordo e consentimento, 96
 - 3.2.4 As supostas diferenças essenciais entre acordo e consentimento, 99
 - 3.2.5 O consentimento legitimador da relação sexual no âmbito penal, 103
 - 3.2.5.1 O fundamento do consentimento como causa de exclusão do tipo, 103
 - 3.2.6 Tipos com nula ou limitada possibilidade de consentimento, 105
 - 3.2.7 Condições de validade do consentimento, 108
 - 3.2.7.1 Manifestação do consentimento, 108
 - 3.2.7.2 Capacidade de compreensão, 110

3.2.7.2.1 A questão da vulnerabilidade como capacidade de compreensão, 111

3.2.8 Vícios de vontade no consentimento, 119

3.2.9 Do erro quanto à ausência ou existência de consentimento da vítima por parte do autor, 134

4 Direito penal sexual na sociedade contemporânea, 136

4.1 Crime organizado internacional e os crimes sexuais, 136

4.2 Direito Penal do inimigo e os crimes sexuais, 141

4.3 Tribunal Penal Internacional e os crimes sexuais, 143

5 O Direito Penal sexual sob a ótica da política criminal legislativa brasileira, 145

1 Legislação sobre crimes sexuais anterior ao Código Penal de 1940, 145

2 Leis nºs 9.975/00, 10.224/01, 10.764/03, 11.106/05 e 11.829/08, 146

3 Atos multilaterais assinados pelo Brasil no âmbito do Direito Penal sexual, 154

4 Projetos de Lei sobre crimes sexuais propostos a partir de 2009, 155

Parte II – Comentários à Lei nº 12.015, de 2009, 159

6 Crimes contra a dignidade sexual, 161

6.1 Introdução, 161

6.2 Comentários aos arts. 2º e 3º da lei na forma como está em vigor o Código Penal, 162

6.3 Comentários ao art. 4º, 197

6.4 Comentários ao art. 5º, 198

6.5 Comentários aos arts. 6º e 7º, 199

Bibliografia, 211